

António Maria Pereira

Verifica-se assim que o MNE, tomando plenamente consciência da importância fundamental da língua portuguesa no plano internacional, desencadeava a primeira ofensiva diplomática coerente com vista à sua consagração como língua oficial de trabalho pela UNESCO.

As etapas seguintes dessa ofensiva diplomática deveriam normalmente consistir em duas ordens de iniciativas paralelas: o requerimento oficial para a admissão do português pela Assembleia Geral da UNESCO e o estabelecimento de contactos com os países de expressão portuguesa em ordem a obter o seu apoio para esse efeito.

É óbvio que esse apoio seria obtido sem qualquer dificuldade, dado que esses países estão (por enquanto) tão ou mais interessados do que nós na promoção do português.

Quanto ao Brasil, esse interesse é evidente dada a força expansiva da cultura brasileira, e já por várias vezes afirmado e confirmado, designadamente na Organização Mundial da Propriedade Intelectual, em que as propostas dos delegados portugueses para tradução em português dos documentos destinados aos países em desenvolvimento tiveram sempre o apoio dos seus delegados.

E o mesmo interesse pela promoção internacional do português continua a existir por parte dos países africanos de expressão portuguesa, do que é índice significativo o facto de, a seu pedido, a língua portuguesa ter sido adoptada como língua de trabalho em algumas reuniões da Organização dos Estados Africanos.

Tudo indicava, portanto, que as diligências que Portugal pudesse desencadear, no desenvolvimento da ofensiva diplomática iniciada na reunião da UNESCO em Lisboa, em ordem a conseguir a admissão do português como língua oficial de trabalho da organização, seriam coroadas de êxito.

«Assa que se elançou mas não voou...», disse Sá Carneiro (não o Francisco, do «Impasse», mas o Mário, da «Dispersão»).

Também a ofensiva diplomática do MNE, tão bem elançada, não voou, ferida de morte por poderes mais altos, mas nem por isso mais bem esclarecidos, que contra ela se levantaram...

Continuará portanto o português em morte lenta, em terras de África, ultrapassado em cada dia que passa, por outras línguas — em particular o espanhol — a que os países africanos de expressão portuguesa são obrigados a fazer apelo, como única maneira de terem acesso e bene-

ficiarem dos programas da UNESCO que lhes são destinados e que chegarão até eles em espanhol e não em português. O que, pelo que respeita a Angola, muito irá facilitar a vida das centenas de professores cubanos que aí tentam esforcadamente substituir o português pelo espanhol.

9. AINDA É TEMPO DE SALVAR O PORTUGUÊS

Que medidas poderiam e deveriam ser tomadas, a nível oficial, em ordem a promover o português nos países africanos de expressão portuguesa?

Um esforço consequente nesse sentido deveria ser empreendido simultaneamente em vários planos:

a) — Por um lado, e para além do pedido de admissão do português como língua oficial de trabalho, na UNESCO e nas outras grandes organizações internacionais, cujo incompreensível protelamento, nada justifica, a nossa diplomacia e os nossos delegados a conferências internacionais deveriam aproveitar todas as oportunidades para reclamarem a adopção do português nos textos convencionais ou de trabalho, sobretudo nos destinados aos países em desenvolvimento. Estas oportunidades surgem com frequência cada vez maior, acompanhando a abertura de Portugal no Mundo, mas têm sido frequentemente desperdiçadas, por falta de visão e

b) — Por outro lado, tem-se a criação de um organismo encarregado da promoção do livro e da tecnologia portuguesas em todos os países de expressão portuguesa, de modo a obviar a situações escandalosas como as que atrás foram referidas, relativamente à Guiné-Bissau, cujos esforços para conseguir livros em português, editados em Portugal, foram gorados. Tal organismo teria como função estudar as carências desses países nos domínios cultural, educativo e tecnológico, fazer um recenseamento do muito que Portugal lhes poderia fornecer nesses campos e remeter-lhes regularmente relações das nossas disponibilidades, que lhes deveriam ser oferecidas em condições especialmente favoráveis. Tratar-se-ia, numa palavra, de uma espécie de Instituto Português do Livro — previsto no programa do I Governo Constitucional — mas ampliado à tecnologia e orientado para os países africanos de expressão portuguesa.

c) — A criação de «centros culturais portugueses» nesses países, semelhantes aos que a França instalou nos países francofonos e a Grã-Bretanha nos países de expressão inglesa.

Também aqui estamos a ser

ultrapassados em toda a linha: já sem referir os centros culturais cubanos em Angola, a própria França acaba de instalar um centro cultural francês na Guiné-Bissau.

Houve, porém, recentemente, neste domínio, uma reacção positiva do MNE, conducente à criação do primeiro centro cultural português jamais instalado num país africano de expressão portuguesa — precisamente na Guiné-Bissau.

Façamos ardentes votos para que esta importante iniciativa do MNE possa prosseguir e estender-se aos outros países africanos de expressão portuguesa, sem ser prejudicada por influências negativas como as que levaram ao congelamento da ofensiva diplomática pela promoção da língua portuguesa na UNESCO.

d) — Finalmente haveria que organizar um programa de bolsas de estudo para jovens dos países africanos de expressão portuguesa.

Por esse meio, a França e a Inglaterra acolheram e educaram — e continuam a fazê-lo — nas suas universidades a «intelligentia» dos países africanos de expressão francesa e inglesa, donde saiu o escol desses Estados que actualmente os administra. Por isso o francês e o inglês não se perderam e, ao contrário, se reforçaram nas ex-colónias francesas e inglesas.

Cada estudante das ex-colónias portuguesas que vier para Portugal estudar tornar-se-á um defensor do primado da língua portuguesa, e do reforço das relações do seu país com Portugal; e isto quaisquer que sejam as ideologias políticas, sempre transitórias perante a perenidade que deve caracterizar — se nós quisermos e soubermos — o substracto cultural comum, de que a língua portuguesa é o elo de ligação insubstituível.

O desencadeamento imediato dessas iniciativas é o mínimo que poderíamos e deveríamos fazer para, com a decisão e tacto, mas sem ampliar absurdamente pretensões melindres diplomáticas, que nunca preocuparam os países apostados em subalternizar o português, tentarmos salvá-lo da morte lenta que o ameaça em terras de África, perante as investidas de outros idiomas, designadamente o espanhol, que russos e cubanos tentam com determinação promover.

A permanência do português em África constitui um património cultural nosso e dos países africanos de expressão portuguesa, cuja destruição, por passividade da nossa parte, representaria um crime histórico imperdoável.

(1) In «Diário Popular» de 8-4-78.

